



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Dom Macedo Costa

1

Quinta-feira • 9 de Julho de 2020 • Ano • Nº 2212

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Prefeitura Municipal de Dom Macedo Costa publica:

- **Decreto Nº 186, de 08 de julho de 2020** - Dispõe sobre a manutenção das medidas temporárias de prevenção e controle para enfrentamento do COVID-19, enquanto perdurar a situação de emergência em saúde pública decorrente da Infecção Humana pelo novo coronavírus declarada pelo Decreto Municipal nº 160, de 19 de março de 2020, no âmbito do município de Dom Macedo Costa.
- **Decreto Nº 187, de 09 de julho de 2020** - Regulamenta o Procedimento de alienação de bens nas formas eletrônica, presencial e simultânea no Município de Dom Macedo Costa e dá outras providências.



**Se tá na Imprensa Oficial,
o povo fica sabendo.**

Aqui se exercita o princípio da autonomia.
Nessa gestão a transparência faz parte do dia-a-dia.
Por isso essa prefeitura adotou a Imprensa Oficial.

Imprensa Oficial
a publicidade legal
levada a sério

Decretos



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169
DOM MACEDO COSTA - BA

DECRETO Nº 186, DE 08 DE JULHO DE 2020

“Dispõe sobre a manutenção das medidas temporárias de prevenção e controle para enfrentamento do COVID-19, enquanto perdurar a situação de emergência em saúde pública decorrente da Infecção Humana pelo novo coronavírus declarada pelo Decreto Municipal nº 160, de 19 de março de 2020, no âmbito do município de Dom Macedo Costa”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA, ESTADO DA BAHIA**, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, bem assim tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, na Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020 e na Portaria MS/GM nº 356, de 11 de março de 2020;

Considerando que a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando as disposições do Plano Municipal de Contingências para Enfrentamento do Novo Coronavírus - 2019-n CoV¹, aprovado pelo Comitê Municipal de acompanhamento de ações de prevenção e controle do Novo Coronavírus (COVID-19), instituído por meio do Decreto Municipal nº 160, de 19 de março de 2020;

Considerando que o Art. 4º do Decreto Estadual nº 19.549 de 18 de março de 2020, que ampliou a abrangência territorial do Art. 7º do Decreto Estadual nº 19.529 de 16 de março de 2020 para todo o Estado da Bahia e para o prazo de 30 (trinta) dias;

Considerando o disposto na Lei Estadual nº 14.258, de 13 de abril de 2020 que “dispõe sobre a obrigatoriedade de uso e fornecimento de máscaras em estabelecimentos públicos, industriais, comerciais, bancários, rodoviários, metroviários e de transporte de passageiros nas modalidades pública e privada, como medida de enfrentamento à disseminação do novo coronavírus, causador da COVID-19, na forma que indica”;

Considerado que o Código Penal prevê expressamente o crime de "Perigo para a vida ou saúde de outrem" no seu Art. 132 ao prevê que quem "Expõe a vida ou a saúde de

¹



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

outrem a perigo direto e iminente" terá Pena de "detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave".

Considerando que o Código Penal prevê expressamente o crime de "Infração de medida sanitária preventiva" no seu Art. 268 ao prevê que quem "Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa" terá Pena de "detenção, de um mês a um ano, e multa".

Considerando as limitações do sistema de saúde municipal e regional, sobretudo em momento em que há registros de casos confirmados no Município de Dom Macedo Costa exige do Poder Público uma conduta contundente para proteção de todos os munícipes impedindo-se a propagação do contágio e transmissão do vírus que já ceifou até ontem (07/07/2019) a vida de 2216 baianos², conforme o Boletim Epidemiológico publicado pela SESAB;

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos da Administração Pública Municipal deverá manter as medidas para prevenção e controle da transmissão da Infecção Humana pelo novo coronavírus SARS CoV2 (novo coronavírus), previstas neste Decreto e, ainda, intensificar campanhas de conscientização quanto às medidas de higiene necessárias para conter a disseminação do novo vírus (COVID-19), bem como da necessidade de distanciamento e isolamento social.

§1º. Ficam cedidos à Secretaria Municipal de Saúde todos os servidores efetivos e contratados para atendimentos às necessidades de enfrentamento da Pandemia de COVID-19, salvo os professores, as pessoas portadoras de doenças crônicas, gestantes e maiores de 60 (sessenta) anos.

§2º. Os contratos administrativos em vigor nos órgãos da Administração direta poderão ter excepcionalmente seu objeto executado em qualquer órgão da administração direta, respeitada a limitação territorial do Município.

§3º. O disposto no caput deste artigo aplica-se à execução de qualquer objeto que possa ser útil para ações de prevenção, controle e contenção da epidemia nas atividades de segurança pública, saúde, proteção e defesa civil, fiscalização e arrecadação e enquanto

²http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/BOLETIM_ELETRONICO_BAHIAN_105_07072020.pdf



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

perdurar a Situação de Emergência/Calamidade Pública decretada em razão da pandemia causada pelo Novo Coronavírus.

§4º. A Secretaria da Administração orientará e apoiará as unidades demandantes para viabilização dos serviços.

§5º. A Contabilidade Municipal adotará as medidas necessárias quanto às adequações orçamentárias e financeiras necessárias.

Art. 2º. Fica autorizada abertura e funcionamento do comércio local de bens e serviços considerados essenciais, diariamente, de segunda a sábado, desde que, obedeçam às regras de funcionamento previstas neste Decreto, sob pena de multa, suspensão ou cassação do alvará de funcionamento e interdição do estabelecimento, conforme cronograma:

I – do dia 09/07/2020 até 26/07/2020 – os estabelecimentos comerciais funcionarão no horário das no período compreendido entre 06h00min às 14h00min;

II – do dia 27/07/2020 – verificado o aumento do índice de isolamento social no Município, os estabelecimentos comerciais poderão retornar ao horário compreendido entre 06h00min às 20h00min ou o previsto no seu Alvará de Funcionamento, se possuir, horários específicos de funcionamento;

§ 1º As farmácias poderão funcionar diariamente de segunda a sábado, das 06 h00min às 20h00min e também aos domingos das 08h00min as 18h00min;

§ 2º O uso de máscara é obrigatório a todas as pessoas que adentrarem nos estabelecimentos comerciais.

§ 3º. Os supermercados, panificadoras, açougues, casas de rações animais e congêneres, farmácia e laboratório, deverão funcionar com acesso restrito e controlado de pessoas ao estabelecimento e adotando as seguintes medidas sanitárias:

a) Não permitir o ingresso e permanência no estabelecimento de mais de **quatro** pessoas por vez, garantindo-se entre as pessoas distanciamento mínimo de **dois** metros uma das outras.

b) Não permitir que as pessoas permaneçam no estabelecimento por tempo além do estritamente necessário à compra;

c) Não permitir a aglomeração de pessoas na frente o estabelecimento, devendo para o caso de formação de filas de espera, garantir que entre as pessoas exista distanciamento mínimo de dois metros uma das outras, inclusive na via pública, onde deverá se marcar os lugares com tinta ou fita;

d) Disponibilizar no acesso e no interior do estabelecimento para clientes e funcionários, permanentemente, álcool em gel 70%, ou álcool líquido 70%, ou sabão



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

líquido e água abundante para higienização das mãos ou outra solução sanitária para higienização das mãos e toalhas de papel.

- e)** Proibir a instalação de mesas e cadeiras nas vias públicas, salvo para pessoas com problemas de mobilidade;
- f)** Adotar, sempre que possível, a adoção da modalidade de comercialização do produto com entrega em domicílio (delivery);
- g)** Não expor ao contato direto com o público funcionários idosos ou com comorbidades que os classifique como integrante de grupo de risco, tais como gestantes e portadores de doenças crônicas.

§4º. Os bares, restaurantes, barracas e lanchonetes somente poderão funcionar nos horários especificados em seus alvarás de funcionamento, se demonstrarem possuir estrutura e logística adequadas e, exclusivamente, para retirada do produto no estabelecimento, desde que adote as medidas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de prevenção ao contágio e contenção da propagação de infecção viral relativa ao COVID-19, previstas nas letras “a” a “g” deste artigo.

§ 5º. No caso de estabelecimentos como , lojas de variedades, utensílios domésticos, lojas de roupas e confecções e materiais de construção que seja necessário o ingresso do cliente no estabelecimento, não será permitido o acesso de mais de 2 (duas) pessoas por vez e distanciamento de dois metros entre as pessoas, além da disponibilidade no acesso e no interior do estabelecimento para clientes e funcionários, permanentemente, álcool em gel 70% ou álcool líquido 70% ou sabão líquido e água abundante para higienização das mãos.

§ 6º. As barbearias e salões de beleza deverão funcionar, mediante agendamento do atendimento, devendo o estabelecimento disponibilizar para funcionários luvas e máscaras, álcool em gel ou líquido à 70%, ou água e sabão líquido, bem como exigir de seus clientes o uso de máscaras, mesmo que caseiras.

§ 7º. No caso de barbearias e salões de beleza, o responsável pelo estabelecimento deverá adotar as medidas de modo a impedir o atendimento simultâneo de mais de duas pessoas se o procedimento estético exigir a retirada da máscara de proteção para sua realização.

§ 8º. A fiscalização, deverá obedecer à regra do Art. 55 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo prioritariamente orientadora quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

§ 9º. Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada a ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 10. As distribuidoras de gás e revendedoras de água mineral deverão priorizar o atendimento delivery ou de retirada do produto no estabelecimento devendo adotar todas as medidas sanitárias previstas no § 1º., se o atendimento se der no estabelecimento.

§ 11. O estabelecimento que for multado e interditado, se pretender o reestabelecimento do Alvará de Funcionamento, deverá apresentar plano de trabalho demonstrando meios para o cumprimento do distanciamento entre as pessoas e demais regras previstas no decreto que for apontado o descumprimento pela Administração.

§ 12. Os estabelecimentos públicos, industriais, comerciais e bancários a que se refere o art. 1º da Lei Estadual nº 14.258, de 13 de abril de 2020, ficam obrigados a fornecer, gratuitamente, para os seus funcionários, servidores e colaboradores:

I - máscaras de proteção;

II - locais para higienização das mãos com água corrente e sabonete líquido ou disponibilizar pontos com álcool gel a 70% (setenta por cento).

§ 13. O desrespeito a quaisquer das obrigações enumeradas neste artigo, inclusive quanto ao horário de funcionamento, implicará em imediata interdição do estabelecimento e aplicação de multa que variará de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º. As agências bancárias, casa lotéricas e qualquer outro estabelecimento que funcione em ambiente fechado e climatizado devem restringir fluxo de pessoas no seu interior, de forma a permanecer quantidade máxima de 2 (dois) clientes por vez, com distanciamento entre as pessoas de 02 (dois) metros, devendo disponibilizar álcool em gel 70% no acesso.

§1º. O estabelecimento deverá providenciar a organização de filas com locais determinados e marcados em piso com distanciamento mínimo entre as pessoas de 02 (dois) metros e ter ao alcance de funcionários materiais de higiene e equipamentos de proteção individual (EPI).



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

§2º. Nestes estabelecimentos comerciais deverão ser apostos avisos proibindo aglomerações no recinto e em frente ao estabelecimento, além de recomendar aos clientes que mantenham distância segura de 02 (dois) metros de outras pessoas, sempre que possível, bem como que higienizem as mãos e também, quanto aos idosos e pessoas de grupos de risco do COVID-19, que evitem comparecer a locais com grande fluxo de pessoas.

Art. 4º. Fica proibida a entrada de ambulantes no território do município de Dom Macedo Costa para comercializarem quaisquer que sejam os produtos ou ainda fazerem cobranças individualizadas oriundas de vendas em residências do município, devendo optarem por outros meios, durante o período em que durar as restrições impostas por este Decreto.

Art. 5º. Fica proibido o acesso ao território do Município de Dom Macedo Costa, por rodovia ou estradas vicinais, bem como a circulação de qualquer transporte coletivo, público e privado, rodoviário, na modalidade regular, fretamento, complementar, alternativo e de vans, bem como carros de passeio, oriundos de outros municípios da federação, sem a necessária identificação e controle pela Prefeitura Municipal.

§ 1º. Durante o período em que vigorar as medidas para enfrentamento da COVID-19, fica proibida a entrada de pessoas residentes em outros municípios da Federação, principalmente de municípios que possuam casos confirmados de COVID-19, no território do Município de Dom Macedo Costa.

§ 2º A suspensão de entrada e circulação prevista no *caput* deste artigo não se aplica aos veículos de transporte privado (ofertados pelo Empregador) utilizados para o deslocamento de moradores do Município de Dom Macedo Costa que desenvolvem suas atividades laborais em outras cidades, desde que o deslocamento ocorra tão somente da residência do munícipe até o respectivo local de trabalho, mediante a devida comprovação.

§ 3º A suspensão de entrada e circulação prevista no *caput* deste artigo não se aplica aos veículos pertencentes à frota municipal, ambulâncias, veículos utilizados para o transporte de pacientes, veículos utilizados na condução de mantimentos, alimentação, transporte de mercadorias, transporte de produtos hospitalares, medicamentos e insumos.

§ 4º A suspensão de entrada e circulação prevista no *caput* deste artigo não se aplica aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

veículos pertencentes aos profissionais do quadro municipal que prestam serviços no Município e munícipes que se deslocarem a trabalho e para abastecimento de bens essenciais e consultas e procedimentos de saúde.

§ 5º Exceções não previstas no parágrafo anterior poderão ser analisadas e autorizadas pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos.

§ 6º O descumprimento da suspensão prevista neste artigo ensejará a apreensão do veículo, além das penalidades previstas na lei.

§ 7º Para o cumprimento do quanto disposto neste artigo, as Secretarias Municipais poderão requisitar apoio da Polícia Militar da Bahia, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Civil e AGERBA.

§ 8º Os taxistas que desenvolvem as suas atividades no âmbito do Município de Dom Macedo Costa devem, obrigatoriamente, disponibilizar álcool em gel 70% para todos os passageiros.

§ 9º A Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos e a Secretaria Municipal de Saúde deverá instalar barreiras e bloqueios de acesso à cidade, devendo o ingresso da pessoa somente se realizar mediante a identificação da pessoa, com aferição de temperatura e questionário epidemiológico, devendo ser providenciado o necessário apoio policial para cumprimento da medida.

§ 10. A saída de munícipes de seus domicílios somente será possível em situações de extrema necessidade, tais como por motivos profissionais desenvolvidos em estabelecimentos, cujo funcionamento não esteja proibido por este Decreto ou atos do Estado da Bahia ou União, para compras e acesso a serviços públicos e atividades econômicas essenciais, cuidados médico-hospitalares laboratorial e auxílio a crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e mulheres vítimas de violência doméstica.

Art. 6º. Fica prorrogada a suspensão dos atendimentos externos nas repartições públicas municipais pelo prazo de 15 (quinze) dias, podendo este prazo ser modificado para mais ou menos, a depender da notícias oficiais sobre a evolução de mortes e transmissão da Infecção Humana pelo novo corona vírus (COVID-19), em âmbito local e regional.

§ 1º. Todas as solicitações deverão ser encaminhadas para o e-mail prefeituradommacedocosta@gmail.com e confirmadas através dos telefones 075 3648-2169 (Prefeitura Municipal), 075 3648-2166 (Secretaria de Educação) e 75 3648-2129



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

(Secretaria de Assistência Social).

§ 2º. As solicitações administrativas urgentes poderão ser encaminhadas aos seguintes telefones/ WhatsApp de Plantão:

I. Tributos: **(075) 98824-1357;**

II. Recursos Humanos: **(075) 98859-8707;**

III. Administração/Licitações e Contratos: **(075) 98813-4778;**

§ 3º. Os casos de urgência e emergência terão atendimento livre nas unidades de saúde, mas as equipes deverão seguir com rigor os protocolos sanitários e clínicos, devendo estar protegidas com os equipamentos de proteção individuais necessários.

§4º. Em razão do quanto previsto no art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93 e ante ao quadro de pandemia do COVID-19, o Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal funcionará no horário normal, devendo ser adotadas todas as medidas sanitárias para evitar contágio.

Art. 7º. Com vistas a evitar aglomerações de pessoas e facilitar o contágio do COVID-19 e de outras doenças infectocontagiosas, sobretudo as de natureza respiratórias, as Unidades de Saúde continuarão funcionando em regime de plantão para atendimentos de urgência e emergência, bem como suspeitas de casos do novo coronavírus (COVID-19), no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

§ 1º. Fica mantida a suspensão dos atendimentos médicos especializados de ultrassonografia, pediatria e ginecologia e ainda de fisioterapia e nutrição nas Unidades de Saúde do Município, pelo período de 15 (quinze) dias, podendo esse prazo ser prorrogado, por ato próprio da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Saúde fica autorizada a reestabelecer os serviços médicos especializados de consultas e atendimentos eletivos para as especialidades de cardiologia e psiquiatria.

§ 3º. Os pacientes cadastrados nas Unidades de Saúde do Município com comorbidades (diabetes, hipertensão, gestantes, puérperas, doentes crônicos, curativos) e que exijam acompanhamento médico e de enfermagem terão o atendimento realizado, mediante atendimento agendado do **WhatsApp (075) 98254-8003 e (075) 98842-1565**, supervisionados pelas seguintes Servidoras:

I. **Unidade Antônia Barreto Piton:** Enfermeira Thalita Lemos dos Santos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169
DOM MACEDO COSTA - BA

II. **Unidade Joaquim Inácio de Souza Lemos:** Enfermeira Ana Marta Lemos Barbosa e Barbosa;

§ 4º. Os casos de urgência e emergência terão atendimento livre nas unidades de saúde, mas as equipes deverão seguir com rigor os protocolos sanitários e clínicos, devendo estar protegidas com os equipamentos de proteção individuais necessários.

§ 5º. Serão monitorados os atendimentos previstos no § 2º deste artigo, podendo os atendimentos voltarem a ser suspensos, conforme evolução da transmissão da Infecção Humana pelo novo corona vírus (COVID-19), em âmbito local e acréscimo de mortes em âmbito regional.

§ 6º. O serviço de transporte para os pacientes portadores de enfermidades oncológicas e renais cadastrados como usuários do Programa de Tratamento Fora do Domicílio (TDF) terão o deslocamento realizado regularmente, mediante contato prévio pelo telefone **WhatsApp (075) 98803-1786.**

§ 7º. O atendimento dos usuários do serviço de psicologia e assistência social através do uso de dispositivos eletrônicos, telefone e internet (on line), ate que a situação sanitária permita o atendimento presencial seguro.

Art. 8º. Recomenda-se que a população do município de Dom Macedo Costa em recente e/ou atual retorno de viagens internacionais e/ou nacionais, em especial atenção para aquelas localidades com transmissão sustentada do vírus, o cumprimento das seguintes medidas:

- I. Para as pessoas sem sintomas respiratórios, permanecer em isolamento domiciliar (autoisolamento) por 07 dias;
- II. Para pessoas com sintomas respiratórios leves, ligar para Vigilância Epidemiológica Municipal a fim de ser orientado sobre providências mais específicas através do telefone **(075) 98254-8003 e (075) 98842-1565;**
- III. No surgimento de febre, associada a sintomas respiratórios intensos, a exemplo de tosse e dificuldade de respirar, buscar atendimento em unidades de urgência e emergência;
- IV. Reportar as suspeitas de casos do Coronavírus ao Centro de Operações de Emergência em Saúde (Coes), estruturado pelo Governo do Estado da Bahia, através dos telefones **(71) 3116-0039 / 99971-7704.**

§1º. Nas hipóteses previstas no inciso I e II deste artigo, a medida de isolamento se estende para os contatos domiciliares e será suspensa com o descarte laboratorial do



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

caso ou ao término dos 14 (catorze) dias de isolamento.

§2º. Os casos suspeitos no Município deverão ser encaminhados a laboratórios e estes deverão informar imediatamente à Vigilância Epidemiológica Municipal quaisquer casos de COVID 19 que porventura tenham conhecimento através do e-mail saudedmc@outlook.com ou através dos telefones **(075) 98254-8003** e **(075) 98842-1565**.

Art. 9º. Ficam suspensas pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, caso haja mudança no cenário epidemiológico que justifique tal medida, com possibilidade de revisão a qualquer tempo, a realização de eventos coletivos para público igual ou superior a 10 (dez) pessoas, realizados por órgãos ou entidades da Administração Pública Direta, privados, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º. Ficam canceladas as autorizações já expedidas para eventos programados para ocorrerem no período disciplinado neste Decreto.

§ 2º. Fica vedado, no âmbito do Município de Dom Macedo Costa, o licenciamento de eventos, pelos órgãos municipais, quando em desconformidade com as disposições deste Decreto.

§ 3º. Ficam suspensos pelo prazo previsto neste Artigo, todos os eventos públicos e particulares, sejam eles de caráter científico, educacional, esportivo, acadêmico, religioso, políticos ou cultural sendo eles: vaquejada, cavalgada, shows, passeatas, dentre outras proibições do funcionamento das academias, futebol e treinos com aglomeração de pessoas.

Art. 10. Para os eventos e atividades que envolvam aglomerações de pessoas em número igual ou superior a 10 (dez) pessoas, mesmo que não necessitem de licenciamento dos órgãos públicos municipais, fica determinado o cancelamento, adiamento ou suspensão, diante do cenário epidemiológico atual.

§ 1º. A determinação prevista no caput também é aplicável a atividades e eventos científico, educacional, esportivos, academias, religiosos, políticos ou cultural, tais como: vaquejadas, cavalgadas, feiras, shows, circos, romarias, festa de padroeiro, passeatas e afins, dentre outros.

§ 2º. A organizações religiosas fica recomendada a suspensão das atividades de cunho religioso com reunião de pessoas em número superior a 10 (dez) pessoas, devendo em



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

reuniões de menor número de pessoas adotar e comprovar o cumprimento dos protocolos sanitários de prevenção e controle da transmissão.

§ 3º. Em casos de velórios, deverá ser observado o limite máximo de 10 (dez) pessoas por recinto reservados a cerimônias fúnebres.

Art. 11. Fica proibido por 15 (quinze) dias o recebimento de hóspedes pelo hotel situado no âmbito do território do Município de Dom Macedo Costa, devido a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), em âmbito local e regional.

Parágrafo Único – Caso deseje funcionar, o ingresso de hóspedes ficará vinculado e dependente da apresentação de teste molecular para aferição de contaminação pelo novo coronavírus (COVID-19), emitido a menos de 08 (oito) dias ou a apresentação de atestado médico que comprove o paciente não apresentar quaisquer sinais de síndrome gripal e a obrigatória realização às expensas do estabelecimento de testes-rápido, com remessa de comprovante na Barreira Sanitária do Município.

Art. 12. Fica mantida a suspensão de reuniões institucionais presenciais no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de Dom Macedo Costa/BA, salvo para atender assunto de excepcional interesse público.

Art. 13. Os servidores com idade superior a 60 (sessenta) anos ou que sejam portadores de doenças crônicas que implica em maior risco de morbimortalidade relacionada ao COVID-19, mediante comprovação da enfermidade, poderão exercer suas funções em sistema domiciliar.

Art. 14. Fica proibida a concessão de férias aos profissionais de saúde, assim como a concessão de qualquer licença, salvo para aqueles que estiverem em grupo de risco, devidamente atestado por médico ou que possuam idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Parágrafo Único. Todas as férias e/ou licenças que tenham sido concedidas a



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

profissionais de saúde e que estejam em curso poderão ser revogadas, devendo o profissional de saúde ser notificado a retornar de imediato ao seu posto.

Art. 15. Os servidores públicos que estiverem com sintomas inerentes ao COVID-19 deverão ser periciados por equipe das Unidades Básicas de Saúde e encaminhados a exercerem suas atividades em regime domiciliar, com monitoramento da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 16. Fica determinado através do Plano Estadual de Contingência para Enfrentamento do Novo Coronavírus – COVID-19 que o Hospital Instituto Couto Maia é o Hospital de Referência para casos graves do COVID-19 no município de Salvador.

Art. 17. A SESAB/Núcleo Regional de Saúde Leste (Santo Antonio de Jesus/Ba), está responsável pelo fornecimento dos Kitis de Coleta das amostras do COVID-19 ao Município de Dom Macedo Costa/BA via Secretaria Municipal de Saúde.

§1º. As amostras coletadas pela rede municipal de saúde serão enviadas para a análise no Laboratório Central do Estado - LACEN BA pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º. Os laboratórios públicos e privados deverão informar imediatamente ao Sistema de Vigilância Municipal quaisquer casos positivos de COVID-19.

§ 3º Fica o Município autorizado a contratar a aquisição complementar de testes rápidos para atender a sua demanda.

Art. 18. Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, bem como para todos os insumos e serviços destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, dispostos na Lei Federal nº. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e suas alterações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

§ 2º O processo administrativo de dispensa de licitação deverá seguir os procedimentos normatizados pela Controladoria Geral do Município.

§ 3º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na Lei Federal acima referida serão disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº.12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Art. 19. Fica mantida a suspensão, no âmbito do Município de Dom Macedo Costa, das atividades educacionais da Rede Municipal de Ensino, em virtude da Infecção Humana pelo novo corona vírus (COVID-19), podendo o reestabelecimento ocorrer por ato próprio da Secretaria de Educação, após a autorização das autoridades nacionais e estaduais, mediante o estabelecimento de um Plano de Trabalho com medidas sanitárias e organizacional que estabeleça o retorno progressivo, em face da diminuição do risco de contaminação dos profissionais da educação e alunos, bem como pessoal de apoio e transporte escolar, aprovado pelo Comitê Municipal de Enfrentamento do COVID-19 e do Conselho Municipal de Educação.

Art. 20. Ficam os servidores que compõem as equipes de enfrentamento do COVID-19 autorizadas a solicitar o apoio da PM – Polícia Militar para que este Decreto seja cumprido, caso haja resistência de qualquer parte da sociedade de Dom Macedo Costa.

Art. 21. As equipes de combate ao COVID-19 poderão também a qualquer momento promover a dispersão de aglomerações no âmbito do município de Dom Macedo Costa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

Art. 22. Fica recomendado o uso geral de máscaras pela população, ainda que confeccionadas de forma artesanal ou caseira.

Art. 23. Este Decreto vigorará por tempo em que durar a situação de emergência em saúde causada pelo , podendo ser prorrogado por igual período de conformidade com o estágio de evolução do COVID-19, revogando-se expressamente o Decreto Municipal nº 172, de 28 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal, Dom Macedo Costa, 08 de julho de 2020.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Egnaldo Piton Moura', written over a horizontal line.

EGNALDO PITON MOURA

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169
DOM MACEDO COSTA - BA

DECRETO Nº 187, DE 09 DE JULHO DE 2020.

Regulamenta o procedimento de alienação de bens nas formas eletrônica, presencial e simultânea no Município de Dom Macedo Costa e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA – ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições, em atendimento aos artigos 17, 22, inciso V, § 5º, 32 e 53 de Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º. Regular o procedimento de alienação de bens nas modalidades eletrônica, presencial e simultânea no Município de Dom Macedo Costa.

Art. 2º. Para os fins desta resolução considera-se:

I - **leilão presencial**: modalidade de alienação realizada por leiloeiro público nomeado pelo Município de Dom Macedo Costa ou credenciado junto à Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB, na qual os interessados comparecem ao local previamente definido em edital para oferecer lances, oralmente ou por movimento físico, com o propósito de adquirir o lote ou o bem apregoado;

II - **leilão eletrônico**: modalidade de alienação realizada exclusivamente por leiloeiro público credenciado na JUCEB, na qual os interessados oferecem lances eletrônicos, em ambiente eletrônico previamente definido em edital, com o propósito de adquirir o lote ou o bem apregoado;

III - **leilão simultâneo**: modalidade de alienação realizada exclusivamente por leiloeiro público credenciado na JUCEB, na qual os interessados podem oferecer lances em ambiente eletrônico previamente definido em edital, ou no modo presencial, em endereço indicado no edital, no último dia do período designado para o leilão eletrônico.

Capítulo I

Do Leiloeiro Público ou Corretor

Art. 3º. O leiloeiro público ou o corretor interessado em se credenciar no Município de Dom Macedo Costa devem observar as disposições definidas em ato próprio da Prefeitura e, após o credenciamento, assumirão as obrigações definidas em lei e as responsabilidades estabelecidas no respectivo Termo de Credenciamento e Compromisso.

Capítulo II

Do Leilão Eletrônico



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

Art. 5º. A definição dos critérios de participação no leilão eletrônico, a fim de preservar a segurança e a confiabilidade dos lances, cabe à unidade responsável pelo leilão ou ao leiloeiro, conforme o caso.

Art. 6º. O interessado em participar do leilão na modalidade eletrônica deverá se cadastrar previamente no site do leiloeiro, ressalvada a competência do Prefeito para decidir sobre eventuais impedimentos.

§ 1º O cadastramento é gratuito e constitui requisito indispensável para a participação no leilão eletrônico.

§ 2º O cadastramento implica a aceitação da integralidade das disposições definidas pelo Município de Dom Macedo Costa, assim como das demais condições estipuladas no edital.

§ 3º As informações cadastradas estão sujeitas à conferência de identidade em banco de dados oficial.

§ 4º O usuário se responsabiliza civil e criminalmente pelas informações lançadas no cadastro.

§ 5º Questões incidentais relacionadas ao cadastramento serão decididas pelo Município de Dom Macedo Costa.

Art. 7º. O leiloeiro confirmará o cadastramento por meio do envio de e-mail ao interessado ou por emissão de login e senha provisória, que deverá ser, necessariamente, alterada pelo usuário.

Parágrafo único. O uso indevido da senha, de natureza pessoal e intransferível, é de exclusiva responsabilidade do usuário.

Art. 8º Até o dia anterior ao leilão, o leiloeiro deverá estar disponível para prestar os esclarecimentos sobre o procedimento da alienação eletrônica e o funcionamento do sistema aos interessados.

Art. 9º O leiloeiro divulgará número de telefone e e-mail em local facilmente visível em seu site para dirimir dúvidas sobre as transações efetuadas durante e após o leilão eletrônico.

Art. 10. O leiloeiro deverá comunicar ao Município, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a impossibilidade de promover o leilão eletrônico, a fim de que a autoridade possa designar, se for o caso, servidor para a realização de leilão presencial.

Parágrafo único. O leiloeiro fica obrigado a disponibilizar equipe e estrutura de apoio para a realização do leilão presencial, sob pena de descredenciamento, observada a ampla defesa e o contraditório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

Art. 11. A ausência do leiloeiro deverá ser justificada documentalmente no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias após a realização do leilão, sob pena de descredenciamento.

Parágrafo único. Cabe ao Prefeito, a seu critério, submeter a questão à Assessoria Jurídica do Município.

Art. 12. A estrutura física de conexão externa de acesso e a segurança ao provedor são de responsabilidade do leiloeiro ou do corretor.

Art. 13. São de exclusiva responsabilidade do leiloeiro ou do corretor os ônus decorrentes da manutenção e da operação do site disponibilizado para a realização da alienação eletrônica, assim como as despesas com o arquivamento das transmissões e o perfeito desenvolvimento e implantação do sistema.

§ 1º Para garantir o bom uso do site e a integridade da transmissão de dados, o Município poderá determinar o rastreamento do número do IP da máquina utilizada para oferecimento de lances.

§ 2º O leiloeiro deverá disponibilizar ao Município acesso imediato aos registros eletrônicos relacionados à alienação.

Art. 14. O edital será publicado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data marcada para a alienação eletrônica.

Parágrafo único. Caso a alienação eletrônica não possa se realizar em razão de força maior, o início do novo pregão deverá ser publicado no mesmo prazo do caput.

Art. 15. Os bens a serem leiloados serão oferecidos no site do leiloeiro designado pelo Município, com descrição detalhada e, preferencialmente, por meio de recursos multimídia para melhor aferição de suas características e de seu estado de conservação.

§ 1º Fica o leiloeiro designado autorizado a fotografar o bem e a visitá-lo, acompanhado ou não de interessados na arrematação.

§ 2º Os bens móveis ficarão expostos nos locais indicados no site, com a descrição de cada lote, para visita dos interessados nos dias e horários indicados pelo Município.

§ 3º A visita dos bens imóveis deverá ser previamente agendada com o leiloeiro, que acompanhará os interessados.

§ 4º Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, sem garantia.

§ 5º Constitui ônus do interessado verificar previamente as condições dos bens oferecidos no leilão eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169
DOM MACEDO COSTA - BA

Art. 16. O período para a realização do leilão eletrônico terá sua duração definida pelo Município ou pelo leiloeiro.

Parágrafo único. Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final do leilão eletrônico, o horário de fechamento do pregão será prorrogado por 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

Art. 17. Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas e a transparência do ato.

§ 1º Os lances e dizeres inseridos na sessão on-line correrão exclusivamente por conta e risco do usuário.

§ 2º Não serão admitidos lances realizados fora do sistema, mesmo que posteriormente registrados no site do leiloeiro, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.

§ 3º Todo o procedimento deverá ser gravado em arquivos eletrônicos e de multimídia, os quais deverão permanecer armazenados pelo prazo mínimo de 180 dias, salvo determinação legal ou judicial diversa.

Art. 18. Após a aceitação do lance, o leiloeiro, por meio de seu sistema, convocará o arrematante para proceder ao pagamento do bem leiloadado.

§ 1º O pagamento deverá ser realizado de imediato, por depósito bancário ou por meio eletrônico.

§ 2º O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao leiloeiro, por meio eletrônico, na forma da lei.

Art. 19. Não sendo realizado o pagamento, os lances imediatamente anteriores serão comunicados ao Município para apreciação.

Art. 20. A comissão, prevista em lei ou fixada pelo Município em, no mínimo, 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, bem como o ressarcimento das despesas com a desmontagem, a remoção, o transporte, a transferência, a guarda e a conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, correrão por conta do arrematante.

§ 1º Quando ocorrer desistência da execução, anulação da arrematação ou resultado negativo do leilão, o valor recebido a título de comissão será devolvido com a devida correção.

§ 2º Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, será devida a comissão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

Art. 21 Os lances oferecidos via Internet não garantem direitos ao participante em caso de recusa do leiloeiro, por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas no sistema, da conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta.

Art. 22 Na modalidade Internet os documentos são remetidos ao leiloeiro conforme instruções no site do leiloeiro.

Capítulo III

Do Leilão Presencial

Art. 23. A definição dos critérios de participação no leilão presencial, a fim de preservar a segurança e a confiabilidade dos lances, cabe à unidade responsável pelo leilão ou ao leiloeiro, conforme o caso.

Art. 24. Compete ao Município de Dom Macedo Costa a publicação do aviso do leilão e demais atos na imprensa oficial e jornal de grande circulação.

Art. 25. O leiloeiro deve permanecer disponível para prestar esclarecimentos aos interessados, inclusive durante a realização do leilão presencial.

Art. 26. O licitante deverá comparecer ao local indicado para realização do leilão presencial pessoalmente ou por meio de procurador formalmente constituído, a fim de oferecer lances para arrematação do bem.

Art. 27. O leilão presencial será aberto para recepção de lances na data, local e hora constantes do edital.

Art. 28. Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos verbalmente, de modo a garantir a transparência e a impessoalidade do ato.

Art. 29. Com a aceitação do lance, o leiloeiro emitirá guia com identificação do bem e valor para depósito.

§ 1º O pagamento deverá ser realizado de imediato, por depósito ou por meio eletrônico.

§ 2º O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao leiloeiro, por meio eletrônico, na forma da lei.

Art. 30. Não sendo realizado o pagamento, os lances imediatamente anteriores serão comunicados ao Município para apreciação.

Art. 31. O leiloeiro lavrará ata circunstanciada da sessão pública de alienação, que será disponibilizada ao Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

Art. 32. São atribuições da CPL – Comissão Permanente de Licitação, ao realizar leilão presencial por designação do Prefeito Municipal:

- I - agendar o leilão e publicar as informações na rede mundial de computadores;
- II - elaborar minuta de edital, com base nas informações do processo para apreciação;
- III - elaborar e juntar aos autos a documentação de arrematação e venda;
- IV - expedir e juntar aos autos guia de arrematação.

Art. 33. Aplicam-se ao leilão presencial as disposições do leilão eletrônico referentes aos bens alienados, às atribuições do Município e ao pagamento de comissão e de despesas decorrentes da alienação.

Parágrafo único. Não haverá pagamento de comissão se o leilão presencial for realizado por servidor do Município.

Capítulo IV

Das Impugnações, Recursos e Resultado Final

Art. 34 Em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a sessão da licitação, qualquer cidadão poderá impugnar o Edital de licitação por irregularidade na aplicação do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Procedimentos Auxiliares à licitação anunciada, cabendo à Comissão Permanente de Licitação julgar a impugnação em até 03 (três) dias úteis do seu recebimento.

Art. 35 As impugnações deverão ser processadas, julgadas, decididas e comunicadas em até 03 (três) dias úteis contados da sua interposição, e não sendo atendido esse prazo, a abertura da licitação será adiada, convocando-se os interessados para abertura da licitação em nova data, sempre com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

Art. 36 As impugnações deverão ser formuladas em documento próprio e enviadas por e-mail copel.dommacedocosta@gmail.com ou fisicamente no setor de protocolo da Prefeitura, de segunda à sexta-feira, das 08 às 12 horas, na Praça Cônego José Lourenço, S/N – Centro – Dom Macedo Costa - BA.

Art. 37 Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, será feita sua retificação e republicação, com devolução dos prazos, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 38 Ato contínuo à lavratura da ata, os licitantes que desejarem recorrer em face dos atos da habilitação, do julgamento e da verificação da efetividade dos lances ou propostas deverão manifestar-se imediata e motivadamente no âmbito da sessão pública, sendo o prazo posterior apenas para apresentação de razões e contrarrazões recursais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58

Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000

Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169

DOM MACEDO COSTA - BA

Art. 39 A falta de manifestação do licitante, nos termos do art. 38 importará na preclusão do direito de recorrer, ficando a Comissão autorizada a dar continuidade ao procedimento, adjudicando o objeto ao licitante declarado vencedor.

Art. 40 Os recursos deverão ser apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o resultado da habilitação e contemplação, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do disposto fase de julgamento e na de verificação de efetividade dos lances ou propostas.

Art. 41 Serão consideradas como não escritas as razões recursais que não remetam diretamente às alegações registradas em sede de recurso, no âmbito da sessão pública.

Art. 42 Inexistindo manifestação recursal ou julgados os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Prefeito Municipal homologará o processo licitatório e adjudicará o objeto da licitação aos arrematantes dos respectivos bens.

Capítulo V

Das Penalidades

Art. 43 Aplicam-se as sanções previstas na Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013, salvo as previstas nos incisos II, III e IV do caput do art. 19 da referida Lei.

Parágrafo Único - Constituem atos lesivos à administração pública, no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; h) dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Art. 44 Aplicam-se às Licitações e Contratos regidos por este Regulamento as normas penais previstas na Lei Federal nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM MACEDO COSTA

CNPJ nº 13.827.019/0001-58
Praça Cônego José Lourenço, s/nº, Centro - CEP: 44.560-000
Fone/Fax: (75)3648-2127/ 3648-2169
DOM MACEDO COSTA - BA

Capítulo VI

Das Disposições Finais

Art. 34. São atribuições do Município:

- I - informar ao leiloeiro ou o corretor credenciados sobre as diligências determinadas;
- II - indicar, se for o caso, as condições específicas para a realização da alienação;
- III – resolver as questões intercorrentes;

Art. 35. Será considerado lance vencedor aquele que resultar no maior valor acima do preço mínimo apresentado no ato do leilão.

Art. 36. O arrematante pagará diretamente ao leiloeiro, no ato do leilão, o valor da comissão do leiloeiro, correspondente a 5% (cinco por cento) do lance vencedor, que não compõe o valor do lance ofertado.

Art. 37. Ao final da arrematação dos bens, o leiloeiro apresentará ao Município, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, o dossiê de arrematação dos bens ou de leilão deserto, contendo os seguintes documentos:

- a) Ata do leilão, após a realização do certame, que deverá conter pelo menos, data do leilão, número do edital de leilão e descrição do(s) bem(ns) valor do lance inicial e de arrematação;
- b) Declaração de ausência de propostas ou de propostas válidas.
- c) Termo de Arrematação, se for o caso;
- d) Recibo da comissão paga pelo arrematante, se for o caso;
- e) Comprovante de pagamento do sinal pago pelo arrematante, se for o caso;
- f) Relatório final contendo minimamente: nome do arrematante, CPF, endereço identificação, descrição do bem arrematado, valor de lance, valor da comissão do leiloeiro e sinal.

Art. 38. Os casos não previstos neste Decreto serão resolvidos pelo Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 39. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Dom Macedo Costa - BA, 09 de julho de 2020.

EGNALDO PITON MOURA
Prefeito Municipal